

Ainda está

EUA e bancos fazem pressão sobre o Brasil

GAZETA MERCANTIL

10 OUT 1985

por Celso Pinto
de Seul

"Nossa posição não é de confronto, é de negociação", disse ontem à noite o ministro da Fazenda, Dilsen Funaro, logo após uma nova conversa de uma hora com o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Jacques de Larosiére.

A reunião com Larosiére foi o fecho de uma semana de intensos contatos do ministro com banqueiros, autoridades e instituições internacionais durante a reunião anual do FMI e do Banco Mundial em Seul. Funaro e o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, seguem hoje pela manhã para Tóquio e à noite para o Brasil.

Nesta conversa final, o ministro procurou reforçar um ponto básico à direção do FMI: o governo fará seu plano econômico para 1986 e o discutirá no Congresso e com vários setores da sociedade. Aprovado, ele será encaminhado para o conhecimento do Fundo.

Um acordo dependerá da concordância com os termos centrais deste programa. É uma posição dura, mas ainda centrada na disposição de negociar. Um

confronto acontecerá, eventualmente, se o FMI rejeitar o plano brasileiro.

Larosiére, segundo o ministro, recebeu de forma compreensiva a posição brasileira. Nem neste encontro nem no anterior, no sábado, o diretor-gerente do Fundo chegou a pressionar diretamente o Brasil para um acordo imediato. A pressão veio de outro lado.

Na verdade, pelo que foi possível apurar, houve uma espécie de ação concertada sobre o Brasil por parte do FMI, das autoridades norte-americanas e dos bancos. Aos bancos, como usualmente acontece, coube a parte mais dura, as pressões mais abertas.

(Continua na página 14)

Os países latino-americanos receberam com frieza o plano apresentado pelo secretário do Tesouro dos EUA, James Baker III, para resolver a crise da dívida. A prudência explica-se não só pela indefinição dos aspectos práticos da proposta como também pelo peso das condicionalidades propostas. Para alguns países, os recursos a serem liberados (US\$ 29 bilhões em três anos) são pequenos e as condições duras.

(Ver página 14)

EUA e bancos fazem pressão...

10 OUT 1985

Síndia 64 GAZETA MERCANTIL

por Celso Pinto
de Seul

(Continuação da 1ª página)

Elas aconteceram na reunião de domingo, de Bracher com o "comitê assessor", presidido por William Rhodes, do Citibank. Rhodes e os outros banqueiros foram duros, insistiram na necessidade de o Brasil ir rapidamente ao Fundo e na assinatura de um acordo do tipo "stand-by", onde há monitoramento trimestral sobre o País.

Na terça-feira houve outro encontro entre Bracher e Rhodes e sabe-se que o Brasil registrou ter havido uma subida de tom desnecessária, indesejada e na prática inútil. A conversa foi mais cordial. Não se avançou, em Seul, em negociações concretas sobre o acordo com os bancos. O Brasil aceitaria deslanchar o processo, mas os bancos o condicionam a um acordo prévio com o FMI.

Nos quatro encontros havidos entre Funaro e autoridades norte-americanas, o secretário do Tesouro, James Baker III, e o presidente do Federal Reserve (o banco central americano), Paul Volcker, a conversa foi diferente. Houve momentos mais tensos em um destes encontros, em função da insistência norte-americana em que o Brasil se comprometesse com um

acordo com o Fundo. Em nenhum momento, no entanto, se discutiu que tipo de acordo deveria ser feito. Funaro insistiu que seu único compromisso era com seu País e com seu plano. Deixou claro que a posição brasileira sustentava-se na viabilização de uma taxa razoável de crescimento.

CONVERSA COM O FMI

Com a direção do FMI a conversa foi mais genérica. O Fundo, formalmente, não deve induzir nem aconselhar países membros a assinarem programas de ajuste. Recebe, destes países, pedidos para que firmem programas. Larosière procurou indicar que há disposição do Fundo em discutir um acerto e até certa convergência de direção com o Brasil. Também não se falou sobre que tipo de acordo poderia ser contemplado.

Larosière discutiu a possibilidade de que missões técnicas do FMI continuem a fazer visitas mensais ao País, como aconteceu nos últimos meses. Foi diretamente desencorajado. O ministro da Fazenda deixou claro que acha inútil a presença dos economistas do Fundo antes que o País tenha concluído seu programa econômico, o que, em princípio, deverá acontecer em novembro.

Um ponto central do argumento brasileiro, como insistiu Funaro, é que o ajuste externo já foi feito, e a duras penas. O ajuste interno ainda não foi completado, mas é um assunto brasileiro. O ministro está disposto a fazer um programa consistente de ajuste, mas certamente mais gradual do que imagina, em princípio, o Fundo.

HIPÓTESES

Uma forma de acelerar este ajuste, e dar durabilidade ao equilíbrio externo, na análise brasileira, seria contar com algum dinheiro novo dos bancos já no próximo ano. O Brasil montou algumas simulações sobre o comportamento da economia brasileira a partir de hipóteses de ingresso de dinheiro novo de US\$ 1,5 bilhão a US\$ 5 bilhões em 1986, como explicou o secretário geral do Planejamento, André Kalabi.

Estas alternativas chegaram a ser discutidas num encontro de Calabi e dois outros técnicos (Paulo Nogueira Batista Jr. e Luiz Gonzaga Belluzzo) com alguns membros do "staff" do FMI ontem pela manhã (entre os quais o diretor-gerente adjunto, Richard Erb). Os técnicos brasileiros procuraram demonstrar a consistência do argumento que o ministro insistiu nos seus encontros: o de que o ajuste externo produziu desajustes internos.

O FMI, contudo, privilegiava o ajuste pelo lado fiscal. Isto é, em lugar de buscar poupança adicional externa para o refinanciamento de parte dos juros devidos pelo setor público, por exemplo, o Brasil deveria simplesmente cortar despesas até que se restabelesse o equilíbrio. A carga de cortes (ou de elevações de receita) para isto é considerada inaceitável pelo Brasil.

BRASIL NÃO PEDIU DINHEIRO

E neste contexto de discussão, e como uma alternativa teórica, que a questão do dinheiro novo entrou nas conversas de Seul. O Brasil não pediu dinheiro novo nem sabe se chegará a fazê-lo. Apenas disse que, com ele, o ajuste seria mais fácil. Se for possível contar com ele, melhor de toda forma. Falar em dinheiro novo, a partir desta reunião de Seul, deixou de ser um tabu imputável a radicais. O tom geral dos principais pronunciamentos tem sido, exatamente, a necessidade de buscar recursos adicionais que per-



William Rhodes

mitam um ajuste "positivo", isto é, não recessivo, dos países devedores. A contrapartida, segundo estes mesmos discursos, seria a continuidade do ajuste supervisionado pelas instituições internacionais.

E neste ponto que o Brasil desvia-se do comportamento padrão esperado, o que acabou deixando em alguns a impressão de uma inédita posição de confronto que o ministro tentou desfazer. Por enquanto, de fato, não há confronto nem rompimento porque o País continua falando que negociará desde que seja nos termos que considera adequados.

Teoricamente, a possibilidade de acerto com o Fundo iria da assinatura de um programa de empréstimo do tipo "stand-by" a uma supervisão mais abrangida do tipo "enhanced surveillance", ou simplesmente nenhum acerto formal.

O governo acha que é possível ficar num meio termo, o "enhanced surveillance" (com supervisão semestral). Se o FMI não aceitar os termos do plano brasileiro será aberta uma possibilidade concreta de chegar-se a um confronto com os credores. Neste caso, é difícil prever os desdobramentos. Um ponto que foi fixado pela Nova República antes mesmo da posse do presidente José Sarney é que, se houver perda razoável de reservas, o País suspenderá o pagamento dos juros aos bancos. Ao que se sabe, esta determinação continua de pé e já chegou aos ouvidos dos credores. Na delegação brasileira em Seul repetia-se um raciocínio que ilustra esta disposição. Em geral, os americanos insistiram em que sem condicionalidades não há dinheiro novo. O Brasil defende o oposto: que sem di-

nhheiro novo não é necessário, haver condicionalidades.

RECURSOS DO BIRD

Funaro também encontrou-se ontem com o presidente do Banco Mundial, A. Clausen. Discutiu-se "como será aplicado cada bilhão em 1985 e 1986", segundo o ministro. O objetivo neste apo de 1985 é ampliar os desembolsos até o nível previsto originalmente de US\$ 1,5 bilhão. Até agora, só foi possível receber um valor muito próximo ao total de US\$ 850 milhões que o País terá de pagar ao Banco Mundial. O total de amortizações, segundo o ministro, chegará a cerca de US\$ 600 milhões (um valor muito superior aos US\$ 400 milhões previstos nos documentos oficiais do Banco Central). Em juros, serão pagos outros US\$ 250 milhões.

Existem dificuldades para acelerar alguns programas que permitiriam elevar este desembolso acima dos US\$ 850 milhões. O programa de agricultura, por exemplo, depende da aprovação de um aumento no custo dos empréstimos subsidiados, uma condicionalidade imposta pelo BIRD. Este programa soma cerca de US\$ 300 milhões. Outro programa complicado é o de financiamento a importações (que envolve o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES), de US\$ 180 milhões. O BNDES está com certa dificuldade em encontrar projetos para financiar importações.

A rigor, considerando o total de compromissos já firmado entre o Brasil e o Banco Mundial, os desembolsos poderiam chegar neste ano a US\$ 2,2 bilhões. O limite de US\$ 1,5 bilhão vem de uma regra em vigor no BIRD, pela qual nenhum país pode receber mais do que o equivalente a 10% do total das aplicações do banco. O Brasil já está ultrapassando este limite.

Existe uma disposição, contudo, de flexibilizar esta regra. O secretário do Tesouro norte-americano, James Baker III, disse que os Estados Unidos apoiam a idéia. Sabe-se que numa discussão recente do "board" do Banco Mundial, antes de Seul, os Estados Unidos declararam-se dispostos a aprovar um aumento do limite para 12,5%. Se isto acontecer, dois países serão diretamente beneficiados: Brasil e Índia, os maiores clientes do BIRD.